

ACÇÃO URGENTE

DESAPARECIMENTO FORÇADO DE JORNALISTA

No dia 7 de Abril de 2020, Ibraimo Abú Mbaruco, jornalista da Rádio Comunitária de Palma, não regressou a sua casa, em Palma, norte de Moçambique, depois de sair do trabalho. A sua família e colegas receiam que tenha sido vítima de detenção arbitrária por militares, que o abordaram quando se dirigia para casa, depois de sair da estação de rádio. Desde então, não mais foi visto nem deu notícias e continua a desconhecer-se o seu paradeiro.

PARTICIPE NESTA ACÇÃO: ENVIE UM APELO ESCRITO, PELAS SUAS PRÓPRIAS PALAVRAS OU UTILIZANDO ESTE MODELO DE CARTA

Exma. Sra. Ministra Helena Mateus Kida
Ministra da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos
Av. Julius Nyerere 33
Maputo, Moçambique
Email: mjcr@mjcr.gov.mz and vilanchic@yahoo.com.br

Excelentíssima Senhora Ministra Helena Mateus Kida,

Segundo consta localmente, em 7 de Abril de 2020, Ibraimo Abú Mbaruco, jornalista da Rádio Comunitária de Palma, foi arbitrariamente detido por forças militares no distrito de Palma, província de Cabo Delgado. Ibraimo Abú Mbaruco tinha saído do trabalho e regressava a casa de moto, por volta das 18h00, quando foi alegadamente abordado por militares. Antes de o levarem, teve ainda tempo para enviar uma mensagem SMS a um colega, na qual dizia: "Telefona-me, estou cercado por militares". Desde então, ninguém mais o viu nem teve notícias dele e o seu paradeiro continua a ser desconhecido.

No dia seguinte, familiares e colegas de Ibraimo Abú Mbaruco dirigiram-se ao quartel militar em Palma, onde os militares sugeriram que o procurassem na esquadra da polícia. Os familiares e colegas apresentaram queixa sobre o seu desaparecimento forçado junto do governo distrital de Palma e do comando distrital da Polícia da República de Moçambique (PRM). Não receberam ainda resposta das autoridades. Em 14 de Abril, a família apresentou na Procuradoria-Geral de Cabo Delgado um pedido às autoridades judiciais para que tomem as medidas necessárias para assegurar a libertação de Ibraimo Abú Mbaruco.

Tendo em vista o acima exposto, apelo a V. Ex.^a para que:

- Lance uma investigação imediata, completa, imparcial e eficaz ao caso, a fim de descobrir o paradeiro do jornalista Ibraimo Abú Mbaruco, mantendo sempre a sua família inteiramente informada e, caso ele se encontre sob custódia estatal, assegure a sua libertação segura e imediata;*
- Ponha fim à prática dos desaparecimentos forçados e garanta o registo adequado e a protecção da lei para todas as pessoas presas;*
- Assegure a protecção, respeito, promoção e implementação plenos dos direitos de liberdade de expressão e liberdade de imprensa e que os jornalistas possam livremente desenvolver o seu trabalho sem medo de ataques, intimidação, perseguição e censura.*

Atentamente,

INFORMAÇÃO ADICIONAL

A situação na província de Cabo Delgado, no norte do país, é muito preocupante. Desde Outubro de 2017, os distritos do norte da província de Cabo Delgado têm sofrido ataques armados por indivíduos que se pensa serem membros de um grupo extremista geralmente conhecido como "Al-Shabaab". Os atacantes invadem aldeias, lançam fogo às casas, atacam e matam pessoas com machetes e pilham os seus alimentos. Embora o governo tivesse reforçado a sua presença militar na região, a sua resposta tem sido inadequada. Os civis suspeitos de serem extremistas e os jornalistas que dão cobertura aos ataques têm sido sujeitos a intimidação, prisão e detenção arbitrária, tortura e outros maus-tratos e até execuções sumárias.

Os continuados e violentos ataques nos distritos do norte de Cabo Delgado, que ceifaram até agora centenas de vidas, não só constituem violações hediondas dos direitos humanos como criam um ambiente conducente a mais violações e abusos de direitos humanos. Os autores desconhecidos destes crimes, que não apresentaram ainda quaisquer reivindicações políticas, têm vindo a atacar aldeias em zonas rurais, decapitando residentes, saqueando alimentos e incendiando casas. A Amnistia Internacional tem recebido relatos inquietantes de abusos dos direitos humanos por parte dos que deveriam proteger as comunidades – a polícia e o exército.

Em 23 de Janeiro de 2019, um empresário sul-africano, Andre Hanekom, morreu em circunstâncias misteriosas sob custódia policial após ser baleado num braço e no estômago. Tinha sido raptado por quatro homens encapuzados, armados com espingardas AK-47, no distrito de Palma, em 1 de Agosto de 2018. Uma série de eventos entre as forças de segurança, os serviços judiciais e de saúde culminaram na sua morte. As autoridades moçambicanas não realizaram quaisquer investigações às alegações de tortura e à sua morte.

A Amnistia Internacional sabe também que o governo proíbe os média de reportar as actuais condições políticas e sociais nestes distritos, o que viola o direito de acesso das pessoas à informação; e que jornalistas e investigadores têm sido perseguidos, intimidados, presos e detidos por reportarem o conflito em Cabo Delgado, o que constitui uma violação do direito à liberdade de expressão e à liberdade de imprensa.

Em 17 de Dezembro de 2018, o jornalista de investigação Estácio Valoi, o investigador da Amnistia Internacional David Matsinhe e o seu motorista foram arbitrariamente presos por forças militares quando procediam a investigação nas comunidades atacadas por um grupo extremista geralmente conhecido como "Al-Shabaab". Os militares cortaram a estrada e prenderam-nos no distrito de Mocimboa da Praia e detiveram-nos em regime de isolamento num centro de detenção secreto. Foram libertados em 19 de Dezembro sem acusação formada, contudo, o seu equipamento, nomeadamente telemóveis, computadores, máquinas fotográficas e respectivos acessórios, continuam confiscados pelo exército.

Amade Abubacar, jornalista de uma rádio comunitária, foi detido arbitrariamente em 5 de Janeiro de 2019 por agentes da polícia no distrito de Macomia quando entrevistava civis deslocados internamente que tinham fugido das suas casas devido à intensificação de ataques violentos no norte da província de Cabo Delgado. No mesmo dia, foi transferido da custódia policial para detenção militar no distrito de Mueda, onde permaneceu em regime de isolamento durante 12 dias e onde foi alegadamente sujeito a tortura e outros maus-tratos. Amade Abubacar foi mantido em prisão preventiva durante mais de 90 dias antes de ser acusado formalmente. Enquanto esteve em prisão preventiva na prisão de Mize, na cidade de Pemba, as autoridades prisionais negaram-lhe a visita de familiares.

Em 18 de Fevereiro de 2019, as forças de segurança prenderam e detiveram em regime de isolamento Germano Adriano, colega de Amade Abubacar, na prisão de Mize, a 20 km da cidade de Pemba. Em 23 de Abril, foi concedida liberdade provisória a Amade e a Germano, estando presentemente acusados dos crimes de "instigação pública a um crime de desobediência" com uso de "meios electrónicos" e "injúria contra agentes da autoridade."

A Amnistia Internacional foi ainda informada de que, após a prisão de Germano Adriano, o governador de Cabo Delgado ameaçou jornalistas durante uma conferência de imprensa em Pemba, afirmando que havia muito mais a acontecer na província para além de extremismo violento e avisando-os de que haveria consequências muito sérias se continuassem a reportar o extremismo violento.

LÍNGUA PREFERIDA PARA O DESTINATÁRIO: Português – Inglês. Pode também escrever na sua própria língua.

POR FAVOR ENVIE OS APELOS O MAIS RAPIDAMENTE POSSÍVEL, ATÉ: [27 de Maio de 2020]
Por favor verifique junto do escritório da secção da Amnistia Internacional do seu país caso queira

enviar apelos após a data acima indicada.

NOME E PRONOME A UTILIZAR: Ibraimo Abú Mbaruco (ele/dele)

LINK PARA A ACÇÃO URGENTE ANTERIOR: N/A